

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 871.767 - RJ (2016/0047817-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **FABIO TINOCO MATHIAS**  
**ADVOGADOS** : **GUILHERME VALDETARO MATHIAS E OUTRO(S) - RJ075643**  
: **JOCIMAR CUSTÓDIO GOMES - RJ046027**  
**AGRAVADO** : **SIMONE SALEMI DE FARIA**  
**ADVOGADOS** : **MÁRCIA MONTEIRO FERREIRA DELMAS E OUTRO(S) - RJ066403**  
: **THIAGO THOMÉ DE DEUS - RJ153248**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE CUMULADA COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. 1. OMISSÃO CONFIGURADA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SEJAM SANADAS AS QUESTÕES APONTADAS. 2. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Fábio Tinoco Mathias ajuizou ação de imissão na posse c/c danos materiais e morais contra Luis Frederico Kozlowsky e Simone Salemi de Faria. Esclareceu que adquiriu o imóvel em tratativas com Simone Salemi de Faria, titular do referido imóvel, e que à época estava o mesmo *sub judice*, por conta de ação de reconhecimento e dissolução de união estável entre os réus e consequente partilha de bens. Afirmou que, por conta da situação descrita, consignou-se na promessa de compra e venda que eventual sucesso do primeiro réu sobre direitos em relação ao referido imóvel seria de responsabilidade da segunda ré, então promitente vendedora.

Aduziu que, uma vez resolvida a questão entre os réus, celebrou escritura definitiva do imóvel de propriedade da segunda ré, em 19 de março de 2008, mas, embora ao primeiro réu não tenha reconhecido nenhum direito sobre o imóvel ora negociado, este resistia injustificadamente à desocupação, não conseguindo ser imitado na posse do imóvel adquirido.

O Magistrado de primeiro grau julgou extinto o feito, sem apreciação do

mérito, com base no art. 267, VI, do CPC/1973, pela perda superveniente do objeto, e julgou improcedente os pedidos em face de Simone Salemi de Faria, condenando a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atribuído a causa.

Interposta apelação, a Vigésima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 314-315):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE CUMULADA COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267 VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, EM RAZÃO DA PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL, NO QUE SE REFERE À PRETENSÃO POSSESSÓRIA E DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DE REPARAÇÃO PELOS DANOS DE ORDEM MORAL E MATERIAL. MANUTENÇÃO DO DECISUM. 1. Na hipótese sob análise, não há que se falar em decretação da revelia da segunda ré, uma vez que, após a sentença homologatória do acordo celebrado entre o autor e o primeiro réu, foi determinada novamente a citação da segunda ré, tendo esta apresentado sua peça de defesa em tempo hábil. 2. Cinge-se a controvérsia tão somente acerca da pretensão de reparação por danos morais e materiais formulada pelo autor/recorrente em face da segunda ré, tendo em vista que o feito foi julgado extinto em face do primeiro réu, em razão do acordo celebrado entre as partes. 3. De acordo com a escritura pública de promessa de compra e venda constante nos autos, verifica-se que era de conhecimento do demandante a ocupação do imóvel objeto da lide pelo primeiro réu, sendo certo que a segunda ré, então promitente vendedora, somente seria responsabilizada pela ocupação se omitisse a situação do bem ou se, após a partilha dos bens, o imóvel não lhe coubesse. 4. Assim, em que pese ser inequívoca a desocupação tardia do imóvel, o primeiro réu foi quem praticou ato ilícito, uma vez que, embora tenha sido notificado para que realizasse a desocupação voluntária e tivesse conhecimento de que o bem pertencia à segunda ré, quedou-se inerte, de modo que apenas ele deveria responder pelos supostos prejuízos suportados pelo demandante. 5. Ao firmar acordo, o autor abriu mão de todo e qualquer direito em face do primeiro réu, não havendo qualquer prova nos autos acerca da prática de ato ilícito pela segunda ré, o que obsta a pretensão de reparação pelos supostos danos sofridos. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Os aclaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 344-352).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alegou dissídio jurisprudencial e ofensa aos arts. 182, 241, II, 535, II, do CPC/1973. Sustentou negativa de prestação jurisdicional quanto à ocorrência de citação de Simone Salemi de Faria e à falta de observação dos critérios legais para fixação dos honorários advocatícios.

Pontuou que a segunda ré (Simone Salemi de Faria) já havia sido devidamente citada, em 16/10/2009, sem que tivesse apresentado defesa e que, após a citação, a ré compareceu à audiência de justificação designada pelo Juízo de primeiro grau, acompanhada do seu advogado, tendo, inclusive, prestado depoimento pessoal. Asseverou que, na presente hipótese, o prazo para apresentação de defesa começou a fluir no primeiro dia útil subsequente à juntada do mandado aos autos, que ocorreu no dia 16/10/2009, e a defesa foi protocolada em 30/4/2010, sendo forçoso reconhecer a sua intempestividade, o que conduz à decretação de revelia da ré. Pleiteou a redução dos honorários advocatícios.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 386).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 do STJ, bem como pela ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 e falta de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Irresignado, o recorrente interpõe agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 423).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico dos autos que o recurso foi interposto quando ainda estava em vigor o Código de Processo Civil de 1973. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto.

Com efeito, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I e II, do NCPC.

Assim, no que diz respeito à negativa de prestação jurisdicional, com razão o recorrente, pois, apesar de ter sido instado a se manifestar sobre a intempestividade da contestação de Simone Salemi de Faria e a fixação dos honorários advocatícios, o Tribunal

local não sanou os vícios apontados.

O acórdão foi assim fundamentado (e-STJ, fls. 344-352):

A parte embargante opõe embargos de declaração às fls. 324/332, pretendendo modificar o julgado, sem que tenha ocorrido obscuridade, contradição ou omissão.

Tem-se que o intuito da parte recorrente é modificar o julgado por intermédio de recurso de esclarecimento com efeitos infringentes.

Não são os embargos de declaração, sede própria, para fins de alteração do julgado, mormente quando o escopo é o de lhes emprestar efeitos modificativos.

(...)

Cabe ressaltar que o decisum explicitou claramente seus fundamentos.

Desta forma, os argumentos lançados pela parte embargante são absolutamente insuficientes para suportar o pretendido direito.

Não se olvide que as funções dos declaratórios são, apenas, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide; não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.

Ao órgão julgador cabe decidir a lide, indicando os motivos que formaram o seu convencimento e, não, responder à exaustão as alegações das partes, mormente quando já tenha o juiz encontrado motivo suficiente para fundar a decisão.

A matéria já foi objeto de análise por este E. Tribunal de Justiça, sendo consolidado no Verbete Sumular nº 52:

“Inexiste omissão através de embargos de declaração, quando o acórdão não enfrentou todas as questões arguidas pelas partes, desde que uma delas tenha sido suficiente para julgamento do recurso”

Assim, não se verificou a existência de qualquer contradição ou omissão no julgado; o que busca a parte embargante é a reforma da decisão, daí a imprestabilidade da via escolhida.

Constata-se, portanto, que a Corte estadual, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de sanar omissão e contradição sobre as questões federais relevantes para o deslinde da controvérsia, impondo-se, assim, o retorno dos autos para que o órgão competente realize novo julgamento dos embargos de declaração, com a devida apreciação sobre a peculiaridade do caso.

A propósito, os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. QUESTÕES SUSCITADAS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. AGRAVO

NO RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO. 1.- Negativa de prestação jurisdicional configurada no caso, por infringência ao artigo 535 do Código de Processo Civil, voltando o caso à origem para novo julgamento dos Embargos de Declaração. 2.- Em processo em que recebido pedido de reconsideração do Acórdão, posterior à interposição de Recurso Especial, como Agravo Regimental, para não conhecê-lo, o Acórdão, embora fundamentado, não enfrentou todas as questões, conquanto reclamado o exame por Embargos de Declaração. Impossível, nesta instância, reexaminar todas essas matérias interligadas, de interesse para o deslinde do caso. De rigor o provimento do Recurso Especial, para anular o julgamento dos Embargos de Declaração, com retorno à origem. 3.- Recurso Especial provido, anulando-se o Acórdão dos Embargos de Declaração, para que outro seja proferido, com expresse julgamento da questão assinalada. 4.- Agravo no Recurso Especial prejudicado pela perda do objeto. (REsp n. 1.424.420/CE. Relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 11/2/2014, DJE 28/2/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. VIOLAÇÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS. DEMAIS QUESTÕES. ANÁLISE PREJUDICADA. 1. Há ofensa ao art. 535 do CPC quando o Tribunal a quo, a despeito da omissão existente no acórdão e da oposição de embargos declaratórios, deixa de emitir juízo de valor especificamente sobre questão federal desenvolvida nos autos e relevante para o deslinde da controvérsia. 2. Acolhida no STJ a violação do art. 535 do CPC, deve o processo retornar ao Tribunal de origem para apreciação da questão suscitada nos embargos de declaração, ficando prejudicada a análise das demais questões. 3. Agravo regimental provido. (AgRg no AG n. 1.327.466/MS. Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 13/8/2013, DJe 23/8/2013)

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de cassar o acórdão que julgou os embargos de declaração, determinando que a Corte estadual supra os vícios apontados.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator